

“AS ANTAS SÃO DO POVO” de operários a “arqueólogos” no concelho de Marvão nas décadas de 80 e 90 do séc. XX

Jorge de OLIVEIRA¹⁴

Resumo

Nesta comunicação retratamos uma realidade social que decorre do encerramento de várias indústrias do concelho de Marvão e que empurram para o desemprego dezenas de pessoas, especialmente mulheres. Alguns desses desempregados fabris vão incorporar, nas décadas de 80 e 90 do século XX, as equipas de arqueologia que organizámos para estudar e recuperar monumentos megalíticos. Sob o sol abrasador dos verões alentejanos, estes “novos arqueólogos” entoavam ao ritmo da picareta: “Se a terra é de quem a trabalha, então AS ANTAS SÃO DO POVO!”

Palavras-chave: Arqueologia, Antas, Desempregados fabris, Marvão.

Abstract

In this communication we portray a social reality that results from the closure of several industries in the municipality of Marvão and that push dozens of people into unemployment, especially women. In the 80s and 90s of the 20th century, some of these unemployed factories joined the archeology teams that we organized to study and recover megalithic monuments. Under the scorching sun of the Alentejo summers, these “new archaeologists” chanted to the rhythm of the pickaxe: “If the land belongs to those who work it, then the dolmens belong to the people!”

Keywords: Archeology, Dolmens, Unemployed factories, Marvão.

Nota prévia.

Partes deste texto foram publicadas em capítulo do livro “Memórias das Freguesias de Santo António das Areias e Beirã”, editado em 2021, pela C. M. de Marvão e Colibri. Por se tratar de tema de interesse para história da arqueologia regional e, eventualmente

¹⁴Docente Universidade de Évora/ Departamento de História. Investigador CHAIA/ Universidade de Évora.

nacional, resolvemos voltar a divulgá-lo junto da comunidade arqueológica a quem, maioritariamente, estas jornadas se dirigem.

1. O apogeu da indústria em Santo António das Areias.

Com a Revolução de Abril de 1974, mas, sobretudo, com a independência das colónias e subsequente abertura de Portugal à economia exterior, que já se começava a globalizar, as diferentes indústrias instaladas em Santo António das Areias começam a ressentir-se e o seu mercado a ficar cada vez mais fechado. Até meados da década de setenta do século XX, a procura de mão de obra, sobretudo a sazonal, que correspondia ao período das conservas de enlatados (tomate, pêra e azeitona) e no Natal e na Páscoa (chocolates e amêndoas, respetivamente), absorvia todo o assalariado disponível. Com as indústrias de calçado, fosse a Ebro, com as sapatilhas, fosse a Celtex, com as borrachas, esta especialmente vocacionada para botas para o exército colonial, não havia desempregados no concelho de Marvão nem nos concelhos envolventes. Todas as manhãs, pelo menos duas camionetas de caixa aberta, com bancos de madeira corridos, recolhiam até mais de 30 km pessoas que iam trabalhar nas indústrias instaladas, quer em Santo António das Areias, quer na Herdade do Pereiro, na freguesia da Beirã. Mal se acabava a escolaridade obrigatória, na altura a 4ª classe, bastava aparecer à porta de uma qualquer das fábricas e imediatamente o jovem adolescente transformava-se em empregado fabril.

1.1. A emancipação feminina

A empregabilidade feminina, que retirou quer do campo, mas sobretudo do ambiente doméstico a maior parte das mulheres contribuiu para aquilo a que poderíamos chamar de “revolução de costumes” neste interior alentejano. A independência financeira que o trabalho feminino propiciava provocou profundas alterações sociais, que um dia um estudo estatístico irá bem revelar. Os casamentos, ou ajuntamentos, como se dizia na época, proliferaram, o tradicional controlo que as moralistas mães queriam ter sobre as casamenteiras filhas já não surtia efeito, porque ao fim do mês o dinheiro que lhes era entregue na secretaria das fábricas permitia-lhes algumas veleidades até aí impensáveis. Seria espectável que o número de divórcios aumentasse, mas, aparentemente, tal não se verificou. Pelo contrário, denotou-se um decréscimo, ou pelo menos começou-se a ouvir falar menos, da violência doméstica. A autonomia

financeira que a mulher desta região passou a ter permitia-lhe fugir e diretamente afrontar alguma violência que se comesse a manifestar da porta de casa para dentro. Se por um lado esta autonomia financeira que desde cedo a juventude começava a ter ao encontrar trabalho nas várias indústrias afastou dos estudos muitos que, com algum esforço familiar, os poderiam ter continuado. Por outro lado, passou a responsabilizar, profissionalmente, mais cedo, toda uma geração.

1.2. Trabalho / prosseguimento de estudos

A abertura da Telescola e o prolongamento do ensino básico obrigatório até ao denominado “ciclo preparatório”, portanto seis anos de escolaridade veio, de alguma forma, colidir com muitas das expectativas que grande parte da juventude tinha ao encontrar alguma autonomia financeira nas indústrias. Algum tempo mais tarde, de quando em vez, brigadas de inspetores apareciam nas fábricas para tentar descobrir jovens trabalhadores com menos de 14 anos e sem a escolaridade obrigatória completa. Obviamente que alguns eram apanhados, mas também havia uma forma simples de dar a volta ao assunto até perfazerem a idade mínima, pois muito trabalho fabril era desenvolvido em casa dos operários. O embalamento de rebuçados e chocolates e o coser das solas das sapatilhas ocupavam até longas horas da noite famílias inteiras que, ao som da enfadonha Emissora Nacional, lá iam ouvindo as notícias filtradas da Guerra de Angola, ou a sempre presente Amália, para não falar nas radionovelas, como a célebre “Cochinha do Tide”.

1.3. O fenómeno das motorizadas

Embora a economia local se encontrasse minimamente estabilizada, as reservas monetárias não davam para que a maioria dos operários se aventurasse a comprar um automóvel. Novos eram demasiadamente caros para os ordenados da época e em segunda mão, quando apareciam, estavam prontos para ir para sucata. Assim, à volta das fábricas, várias dezenas de motorizadas passavam o dia estacionadas esperando que o silvo das 18h libertasse das máquinas os operários que, apressadamente, se dirigiam para as suas velozes e reluzentes, mas sobretudo ensurdecedoras máquinas de 49,9 cc. Eram as Macal, as Casal, as Zundap e as Saches de 4 velocidades e, raramente, porque substancialmente mais caras, alguma vaidosa V5. E antes de se fazerem até casa, onde alguma horta ainda os esperava, davam duas ou três voltas à aldeia em velocidades estonteantes, exibindo às perspetivadas namoradas os seus dotes de condutores. Aguardava-os, neste ou naquele cruzamento, a patrulha da

G.N.R.: “O capacete está atado?”, “Os documentos estão em dia?”, “A luz de stop acende?”... “E o silencioso do escape onde está?”, “Com tanto barulho, o silencioso não está na motorizada...está multado!” Mas alguém se lembrou que a legislação diria, num qualquer artigo, que o velocípede teria que ter silencioso, mas não estava lá escrito que tinha que estar montado no escape, como seria óbvio! Quando a notícia se começa a espalhar de que a patrulha da G.N.R. não podia multar desde que o silencioso estivesse num qualquer compartimento da motorizada, nem que fosse atado com um arame sob o porta bagagens, eis que as autoridades ficam algo baralhadas e deixam de multar, mas a vingança não se fazia esperar... Ou era o refletor que estava sujo, ou os pneus que estavam sem rasto, ou o espelho que estava partido, ou as sempre fundidas lâmpadas da chapa de matrícula não acendiam... e as multas lá iam aparecendo. E tinham mesmo que aparecer, para não acontecer o mesmo que já tinha acontecido a um simpático G.N.R. que, no final do ano, não tinha registado nenhuma multa e por isso ficou sem direito a férias no ano seguinte. E assim se ia vivendo o dia-a-dia. Mas, por mais controlo que a G.N.R. quisesse ter, os acidentes com as já acelerativas motorizadas, demasiado acelerativas, quer para a qualidade das estradas, quer para a sua estabilidade, sucediam-se com demasiada frequência. As pernas e clavículas partidas eram quase tão frequentes quanto a amputação de dedos nas máquinas de corte dos moldes de borracha da Celtex, ou nas máquinas de descaroçamento da fábrica das azeitonas.

2. O declínio da indústria em Santo António das Areias e suas consequências

A vida ia decorrendo...mas os tempos estavam a mudar. Com a Revolução de 1974 o mercado das colónias parou de repente, as conservas não conseguiam competir com a qualidade e preço das estrangeiras, as alpergatas não se modernizaram e outras marcas mais apetitosas começaram a encher as montras das lojas. Os produtos sazonais, como chocolates e amêndoas, já não garantiam a rentabilidade da empresa. Os donos, ou os gerentes das fábricas, não souberam, ou não quiseram, modernizar-se e adaptar-se aos novos tempos que estavam a chegar e, nos finais da década de setenta, mas sobretudo nos inícios da de oitenta, os sons estridentes dos motores de 49,9cc começaram a deixar-se de ouvir às 18h da tarde. A G.N.R. começou a ter menos multas para passar e o movimento de Santo António e aldeias vizinhas começou a esmorecer. O

desemprego aumentou em flecha, primeiro entre os mais jovens e mulheres e depois também entre os homens.

O fenómeno não se cingiu só ao concelho de Marvão e o Governo, para contornar este impacto social, para além do subsídio de desemprego, criou os Programas de Ocupação em Contexto de Trabalho, conhecidos popularmente por P.O.C., para desempregados de maior duração e que, quando afetos a qualquer atividade de carácter social, recebiam ainda o subsídio de alimentação. Pela mesma altura, anos 80 do século XX, o Governo cria o Programa de Ocupação de Tempos Livres (O.T.L.) para ocupar os mais jovens na altura das férias de verão, que, quando em atividades de carácter social, recebiam uma pequena compensação monetária correspondente ao subsídio de alimentação.

3. A investigação arqueológica em Santo António das Areias e Beirã na década de 80 e princípios da de 90

Todo este contexto social vem a propósito da forte dinâmica de investigação arqueológica que vai decorrer nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã durante toda a década de 80 e parte da de 90, já enraizada nos trabalhos desenvolvidos na década de setenta pelo, já então, extinto G.D.I.C. (Grupo de Dinamização Cultural de Santo António das Areias).

O interesse pelo estudo do património megalítico e romano desta zona das margens do Rio Sever decorre de um projeto de investigação aprovado pelas entidades da tutela (primeiramente S.R.A.Z.S., depois I.P.P.A.A.R. e posteriormente I.G.E.S.P.A.R.) que, para além de nos autorizarem a desenvolver estes estudos, atribuíam-nos simbólicos subsídios monetários para fazer face às despesas decorrentes destas investigações. Obviamente que quantias que se situavam entre os 50 e os 80 contos (250 a 400 euros) para campanhas de 15 dias de campo eram completamente incapazes de fazer frente às despesas com pessoal, transportes, alimentação, fotografia, topografia, material de escavação e desenho e, múltiplas vezes, recurso a máquinas para remoção de pedras de grandes dimensões. Então, as entidades da tutela incentivavam, explicitamente, os arqueólogos a procurar junto das autarquias locais e dos Governos Civis apoios complementares para estas investigações, informando-nos de que havia verbas a que as câmaras podiam recorrer diretamente para apoiar estas iniciativas. E todos os verões

lá nos dirigíamos ao presidente da câmara da altura, primeiramente o saudoso Sargento Paz e depois ao Sr. Andrade, solicitando apoio para os trabalhos de investigação que queríamos desenvolver na área norte do concelho de Marvão. Compreendendo o interesse que culturalmente estas iniciativas tinham, sempre obtivemos resposta positiva destes dois autarcas. Com algumas dezenas de contos, em média igual montante ao que a entidade da tutela nos atribuía (entre os 250 e os 500 € em valores atuais) para toda a campanha de 15 dias, os respetivos autarcas cediam-nos sempre mão de obra que estava no desemprego (P.O.C.) ou jovens em férias (O.T.L.) para nos ajudarem nos trabalhos de investigação que pretendíamos desenvolver. Recorde-se que nessa altura a participação de jovens universitários era muito rara, até porque ainda, espante-se, não havia licenciaturas de Arqueologia e montar campos de trabalho com jovens oriundos de outras zonas do país, ou do estrangeiro, implicava uma logística muito complexa e inviável para os recursos de que uma autarquia como a de Marvão poderia dispor.

Assim, desde 1981, e durante mais de 12 anos, desenvolvemos investigações arqueológicas em monumentos nas freguesias de Santo António das Areias e Beirã com equipas formadas por mão de obra fabril no desemprego, ou jovens estudantes do ensino secundário em férias, em busca de uns trocos que os ajudassem a pagar os copos que as noites quentes estimulavam.

Para todos foi uma experiência inolvidável. Para mim, enquanto arqueólogo, tinha uma missão duplamente complexa; por um lado, dirigir cientificamente um processo de investigação de enorme responsabilidade e rigor e, por outro, converter empregados fabris, maioritariamente com a 4ª classe, em investigadores que não distinguiam um qualquer bloco de pedra de uma peça talhada com mais de 7000 anos. Ensinar que cavar não é a mesma coisa que escavar, que na matéria orgânica não se pode tocar com as mãos para não a contaminar, que todas as peças antes de retiradas do terreno têm que ser georreferenciadas e fotografadas, que todos os materiais encontrados têm uma ficha, que tem que ser preenchida e colocada dentro dum saco de plástico, que todo o terreno está quadriculado com fios de nylon e pregos, que não podem sair do sítio e nem ser partidos e, pior ainda, e mais difícil de explicar, que nenhum animal, fosse cobra, sapo, alacrau, centopeia, alicranço ou mesmo um pobre dum escaravelho, não podiam ser morto. E....ai de quem matar um animalito intencionalmente... Tal aviso gerava os mais diversos comentários: “Mas, ó stor, não podemos mesmo matar os alacraus?”, “Nem os bíbaros?”, “Este stor não está bom da cabeça. Não nos deixa matar

bicho nenhum....”, “Mas, se ele não vir, que me apareça um alicranço na frente que logo vê o fim que leva!!!!!!” Mas não levava outro fim que não fosse mudarmos o seu local de residência. Aquela boa gente de Santo António, da Beirã, dos Barretos e dos Cabeçudos, a quem sempre ensinaram que os bichos rastejantes são para matar, gradualmente começaram a compreender que na Natureza todos temos o nosso espaço e podemos conviver em paz. Se ao princípio, quando aparecia uma alacrau, lá ia eu apanhá-lo com uma pá e colocá-lo a uns quantos metros de distância, em pouco tempo eram aquelas mãos que toda a vida trabalharam ou com máquinas nas fábricas, ou com enxadas no campo que, com o maior cuidado, transportavam os “bíbaros e alacraus” para sítios protegidos e os cobriam com terra húmida para que o sol não lhes secasse a pele.

E o que eu aprendi com aquela boa gente....e também o que eu lhes ensinei...

Se gosto muito de escavar com as minhas equipas universitárias, muitas saudades tenho dos tempos em que escavámos a Anta da Cabeçuda, a das Castelhanas, a da Figueira Branca, a da Bola da Cera, a dos Pombais ou o Menhir da Água da Cuba.

De operários fabris, camponeses ou estudantes do secundário, rapidamente se transformaram em exímios arqueólogos. Recordo com saudade o episódio das landes que apareciam durante a escavação da Anta da Cabeçuda: “Stor, estão a aparecer landes torradas, não será melhor guardar?” Dizia cá para comigo, esta Ti Maria não pode apanhar tanto sol. “Stor, continuam a aparecer landes torradas, não será melhor guardá-las?” e respondia eu: “Então não vê que estamos debaixo de uma sobreira, houve para aí algum incêndio e os coelhos levaram para o interior as landes...”. Passados alguns minutos volto a ouvir: “Stor, olhe que já são muitas e estas até estão ao pé de um machado, não será melhor guardar algumas?”. “Pronto, vamos lá fazer a vontade à Ti Maria!” Guardaram-se quatro landes. Nesse ano o I.P.P.A.R. ofereceu algumas bolsas para datação por radiocarbono. Como não tinha mais matéria orgânica para mandar datar, resolvi enviar uma lande carbonizada, não esperando qualquer resultado útil. Passados alguns meses chega o certificado de datação do laboratório: ICEN-976: 3720 ± 45BP, 2274 - 2252 cal BC. Pois, a Ti Maria tinha razão, as landes eram mesmo do 3º milénio antes de Cristo e seriam, no nosso atual entender, oferendas fúnebres aos mortos ali enterrados. Das quatro landes, uma foi para datação, ficou destruída, outra foi para o Museu de Marvão e as outras duas guardam-se na Universidade de Évora, tendo percorrido já várias exposições como documentos

únicos da grande antiguidade do montado alentejano. Afinal a Ti Maria, porque as minhas simpáticas “colegas” a todas eu tratava por Ti Marias, é que tinha razão. Hoje arrependo-me de não ter recolhido todas as landes torradas.

Foi uma década única, onde todos aprendemos muito. Com as minhas Ti Marias, com o Ti Cavaco, com o Ti Cachatra, com o Ti Tonho Trigueiro e com o engenho e arte do António Oliveira a operar a retro-escavadora, aprendemos a fazer milagres e a repor as antas em pé. Era o Chefe Caldeira o encarregado geral da câmara, a quem todos obedecíamos, porque ele sabia mesmo do ofício. Se a todos eu obrigava a não matar os animalitos que aparecessem na escavação e nunca ninguém foi picado, ao Sr. Caldeira nunca consegui convencer a deixar sobreviver alacrau, centopeia ou bíbaro. A todos os que lhe aparecessem ele punha a bota em cima... Contudo, como era o encarregado e poder tinha, eu resmungava, mas tinha que me calar. Quis o destino que, passados anos, o Chefe Caldeira viesse a falecer da picada de uma víbora... a vida tem destas coisas!

Constituíram-se grandes equipas formadas por gente mais velha, alguns já próximos dos 70, como o Ti Cavaco, ou rapaziada novinha, como o Fernando Ramilo ou o Jaime Miranda. Se sob o escaldante sol de junho ou julho deste interior alentejano as constantes graçolas iam aguentando o esforço e o suor, quando algo aparecia, fosse machado, vaso ou ponta de seta, a festa ainda era maior. À hora da “bucha” do meio-dia, as marmitas de cada um circulavam entre todos. De quando em vez, e era quase todos os dias, alguém distraía-se e trazia um “palhinhas” (garrafão de 5 litros de tinto) de casa, que, invariavelmente, até se acabar, corria de boca em boca. O problema era o depois, quando o relógio nos informava que eram duas da tarde, hora de voltar a pegar no pico, na vassoura e na pá... mas o pior era o crivo. Aquele pó fininho que se escapava pela rede e que se colava à pele com a transpiração, sob um sol abrasador de 40ºe com a fermentação do tinto que o “palhinhas” tinha transportado, tornava a tarde tão longa e sobretudo sonolenta... mas, quando uma ponta de seta ou uma conta de colar que tinha escapado ao escavador aparecia no crivo, era uma festa que rapidamente fazia esquecer a elevada temperatura.

O dia mais triste era o último. Era o da despedida, o da adiafa. A equipa ia-se desfazer e a escavação, que tanto suor nos tinha feito correr, tinha que voltar a ser tapada. Aquela anta, aquele menhir ou a aquela necrópole faziam parte de nós, tínhamos lutado, suado e descoberto o nosso passado através daqueles testemunhos. Já não nos

voltaríamos a alegrar com aqueles momentos únicos em que um vaso sai inteiro ou que aquela placa de xisto com os seus olhinhos redondos olhava para nós depois de mais de 5000 anos escondida sob a terra.

Entre 1980 e 1992, dirigimos ou codirigimos a escavação dos seguintes monumentos na área das freguesias de Santo António das Areias e Beirã: Menhir da Água da Cuba, Anta dos Pombais, Necrópole e Vila dos Pombais, Anta da Bola da Cera, Anta da Cabeçuda, Anta das Castelhanas e Anta da Figueira Branca.

Nestas escavações participaram cerca de setenta pessoas das duas freguesias, não incluindo topógrafos e desenhadores externos, nas escavações por nós dirigidas nas freguesias a norte de Marvão, entre 1980 e 1992. Alguns, infelizmente, já não estão entre nós. São estas as pessoas que, por diversas vicissitudes da vida, durante alguns meses, ajudaram, com esforço e empenho, a melhor conhecer o passado remoto da nossa terra. São estes os que durante algum tempo vestiram o papel de arqueólogos e falaram com pedras e pó e com eles desvendaram segredos guardados há milhares de anos. Muito do que hoje sabemos do passado da nossa região a a esta gente o devemos. Obrigado por me terem ajudado a redescobrir uma história milenar!

Alguns anos mais tarde, em 1994, quando início a coordenação dos trabalhos de salvamento da Cidade Romana de Ammaia, é com espanto e alegre surpresa que vou voltar a encontrar algumas das minhas Ti Marias, que continuavam ainda apoiadas pelo Centro de Emprego e que, por força da sua ingrata situação, voltavam a ser a arqueólogas, agora do outro lado do concelho, em terras mais duras e a descobrir outras coisas. Agora já não procurávamos pontas de seta, contas de colar ou machados de pedra polida, agora a História contava-se com outros objetos. Procuravam-se sigilatas, cerâmicas comuns, moedas e pedras escritas....Toda outra formação tive que dar às minhas Ti Marias que, com a sua já avançada idade e apenas a 4ª classe, sabem mais de Arqueologia que muitos encanudados que por aí andam a dirigir escavações.

E elas recordavam-se do canto que ao ritmo do pico, ou do crivo, sob o sol abrasador dos verões alentejanos, ainda muito inspirados nos temas revolucionários de abril, entoavam: “Se a terra é de quem a trabalha, então AS ANTAS SÃO DO POVO!”.



Figura 1. Anta da Bola da Cera.



Figura 2. Anta da Bola da Cera.



Figura 3. Anta da Cabeçada.



Figura 4. Anta da Cabeçada.



Figura 5. Anta da Cabeçada.



Figura 6. Anta da Cabeçada.



Figura 7. Anta da Cabeçada.



Figura 8. Anta da Cabeçada.



Figura 9. Anta da Cabeçada.



Figura 10. Anta da Cabeçada.



Figura 11. Anta das Castelhanas.



Figura 12. Anta das Castelhanas.



Figura 13. Anta das Castelhanas.



Figura 14. Anta das Castelhanas.



Figura 15. Anta da Figueira Branca.



Figura 16. Anta da Figueira Branca.



Figura 17. Anta da Figueira Branca.



Figura 18. Anta da Figueira Branca.



Figura 19. Anta da Figueira Branca.



Figura 20. Anta da Figueira Branca.



Figura 21. Anta da Figueira Branca.



Figura 22. Anta dos Pombais.



Figura 23. Anta dos Pombais.



Figura 24. Anta dos Pombais.



Figura 25. Anta dos Pombais.



Figura 26. Anta dos Pombais.



Figura 27. Menir da Água de Cuba.



Figura 28. Menir da Água de Cuba.



Figura 29. Menir da Água de Cuba.



Figura 30. Menir da Água de Cuba.